



CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO

PROGRAMA DE CONCURSO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO – MARCA DE TURISMO DE FRONTEIRA

-

INTEGRADO NO PROJETO FORTOURS IB, CÓDIGO DA OPERAÇÃO

0779_FORTOURS_IB_5_E, FORTIFICAÇÕES DE FRONTEIRA: FOMENTO DO

TURISMO CULTURAL TRANSFRONTEIRIÇO, APROVADO NO ÂMBITO DA 6.ª

CONVOCATÓRIA DO PROGRAMA OPERATIVO INTERREG V A ESPANHA PORTUGAL

(POCTEP 2014-2020)

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1º Identificação e Objecto do concurso	4
Artigo 2º Preço Base.....	4
Artigo 3º Entidade pública adjudicante.....	5
Artigo 4º Orgão que tomou a decisão de contratar	5
Artigo 5º Fundamentação legal.....	5
Artigo 6º Impedimentos	5
Artigo 7º Agrupamentos.....	6
Artigo 8º Orgão competente para prestar esclarecimentos	6
Artigo 9º Consulta das peças do procedimento	7
Artigo 10º Esclarecimentos e retificação sobre as peças do procedimento	7
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO	8
Artigo 11º Documentos que constituem a proposta	8
Artigo 12º Modo de apresentação das propostas.....	9
Artigo 13º Propostas variantes.....	10
Artigo 14º Prazo para apresentação de propostas	10
Artigo 15º Idioma	11
Artigo 16º Leilão eletrónico.....	11
Artigo 17º Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas	11
Artigo 18º Prazo de obrigação e manutenção das propostas	11
Artigo 19º Critérios de adjudicação.....	11
Artigo 20º Critérios de desempate	12

Artigo 21º Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final.....	12
Artigo 22º Adjudicação.....	12
Artigo 23º Documentos de habilitação	13
Artigo 24º Caução.....	14
Artigo 25º Minuta do Contrato	14
Artigo 26º Celebração do contrato escrito.....	14
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS	14
Artigo 27º Encargos do(s) concorrente(e).....	14
Artigo 28º Contagem dos prazos.....	15
Artigo 29º Proteção de dados e sigílo	15
Artigo 30º Legislação aplicável	15
ANEXO A	16
ANEXO B	17

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Identificação e Objeto do concurso

1. O concurso é designado como **Aquisição de Equipamento – Marca de Turismo de Fronteira**.
2. O objeto do presente concurso consiste na **Aquisição de Equipamento – Marca de Turismo de Fronteira**, integrado no projeto “FORTours IB”, código da operação “**0779_FORTOURS_IB_5_E, Fortificações de Fronteira: fomento do turismo cultural transfronteiriço**”, aprovado no âmbito da 6.ª convocatória do programa operativo INTERREG V A Espanha Portugal (POCTEP 2014-2020), nos termos do disposto no artigo 20º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (CCP), englobando os trabalhos a seguir discriminados e por referência à Classificação CPV, com a identificação 71247000, nos termos do Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial de União Europeia n.º L74, de 15 de março de 2008.
3. O âmbito geográfico definido para a **Aquisição de Equipamento – Marca de Turismo de Fronteira** é o Castelo de Alcoutim, localizado no Largo do Castelo, s/n, 8970-054 Alcoutim, com as coordenadas GPS 37º28’15.0’’N | 7º28’18.7’’W, e a vila de Alcoutim, União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, concelho de Alcoutim, distrito de Faro, região do Algarve, Portugal.
4. O procedimento segue o disposto nos artigos 130.º a 148.º do CCP.

Artigo 2º

Preço base

1. O preço base para a totalidade dos lotes que constituem o objeto do presente concurso, é de **€ 334.262,40 (trezentos e trinta e quatro mil duzentos e sessenta e dois euros e quarenta cêntimos)**, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, distribuído da seguinte forma:
 - Lote 1 – Melhorias de espaços vinculados ao Castelo de Alcoutim: **€ 61.966,40 (sessenta e três mil e novecentos e sessenta e seis euros e quarenta cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
 - Lote 2 – Desenho e produção de soluções de sombreamento das ruas de Alcoutim: **€ 30.912,00 (trinta mil novecentos e doze euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;
 - Lote 3 – Desenho e produção de pérgula para a esplanada do Castelo de Alcoutim: **€ 68.088,00 (sessenta e seis mil e oitenta e oito euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;

- Lote 4 – Aquisição de mobiliário vintage para a esplanada do Castelo de Alcoutim: **€ 173.296,00 (cento e setenta e três mil duzentos e noventa e seis euros)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço base é o preço máximo que o Município de Alcoutim se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

3. O preço base inclui a totalidade do fornecimento dos bens pelo período de vigência do contrato.

Artigo 3º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Câmara Municipal de Alcoutim, com sede na Rua do Município, n.º12, 8970-066 Alcoutim, endereço eletrónico geral@cm-alcoutim.pt, número de telefone +351 281 540 500, fax +351 281 54 363, e página web <http://www.cm-alcoutim.pt>.

Artigo 4º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Vereador Paulo Jorge Cavaco Paulino, por força da delegação de competências próprias do presidente da Câmara conferidas pela alínea g) do número 1 do artigo 35º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro articulado com a alínea a) do número 1 do Artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho através dos despachos 140 e 142/2021 de 29 de outubro respetivamente e conforme os pelouros atribuídos.

Artigo 5º

Fundamentação legal

O processo escolhido é o concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º CCP.

Artigo 6º

Impedimentos

Não podem ser candidatos, concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem abrangidas por qualquer das situações descritas no artigo 55º do CCP.

Artigo 7º

Agrupamentos

1. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de agrupamento candidato ou de um agrupamento concorrente não podem ser candidatos ou concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto nos artigos 52º ou 53º do CCP, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.
5. Os membros que integram o agrupamento candidato podem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, devendo para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.

Artigo 8º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

1. O órgão competente para prestar esclarecimentos é a Câmara Municipal de Alcoutim – Unidade de Cultura, Património Cultural e Turismo, com sede na Rua do Município, n.º 12, 8970-066 Alcoutim.
2. Os esclarecimentos devem ser efetuados através da plataforma AcinGov, com o endereço eletrónico em <http://www.acingov.pt> não sendo admissível qualquer tipo de pedido de esclarecimento por outro meio que não pela plataforma eletrónica supra citada.

Artigo 9º

Consulta das peças do procedimento

1. Este procedimento é totalmente tramitado eletronicamente, através da plataforma AcinGov, com o endereço em <http://www.acingov.pt> não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
2. As peças do procedimento são as indicadas na plataforma AcinGov, com o endereço em <http://www.acingov.pt>. Paralelamente, encontram-se para consulta no serviço indicado no artigo 8º deste Programa de Concurso, desde o dia da publicação do anúncio, nos dias úteis durante o horário de expediente (8:30h – 15:00h).

Artigo 10º

Esclarecimentos e retificação sobre as peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do órgão competente para a decisão de contratar.
2. Os pedidos de esclarecimentos devem ser solicitados, por escrito, ao órgão competente para a decisão de contratar, com a indicação da referência do concurso, através da plataforma eletrónica AcinGov, em <http://www.acingov.pt>, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos aos pedidos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, pelo órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
4. Durante os prazos e nos termos referidos no número anterior, poderá ainda a entidade adjudicante proceder à retificação de erros ou omissões das peças de concurso e efetuar quaisquer esclarecimentos.
5. Os esclarecimentos e as retificações referidos no número 3 serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta.
6. Em caso de falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até ao termo dos prazos previstos nos números 2 e 3, e desde que o mesmo tenha sido apresentado com observância dos prazos previstos, deverá o prazo para a entrega das candidaturas ou de apresentação de propostas ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
7. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8. Quando as retificações referidas no artigo 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, ou a aceitação dos erros ou omissões do caderno de encargos nos termos do disposto no CCP, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou omissões.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

Artigo 11º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta a apresentar pelos concorrentes, por lote, deve ser instruída com os seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP).
- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (com indicação do preço global);
- c) Certidão atualizada do registo comercial;
- d) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas;
- e) Plano de trabalhos, incluindo o organograma, mapa de medições, conteúdos funcionais e cronograma geral dos trabalhos e a constituição da equipa de trabalho;
- f) Memória descritiva e justificativa do modo de execução dos equipamentos, pórtico e cancela, que se coadunam com o pretendido e com as funções a desempenhar por esta tipologia de equipamentos e que estejam em consonância com os projetos da receção e da sinalética do Castelo de Alcoutim;
- g) Referência à existência de seguro de responsabilidade civil da entidade.
- h) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
- i) Quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis para o esclarecimento dos atributos da sua proposta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

2. A elaboração da proposta obedece ao disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º e ao artigo 58.º do CCP.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração com o modelo constante do Anexo I do CCP (alínea a) do número anterior) deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. O preço da proposta é expresso em Euros. Nos termos do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o I.V.A.. Quando indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
5. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo(s) representante(s) legal(ais) do(s) concorrente(s) com poderes para o(s) vincular, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 12.º

Modo de apresentação da proposta

1. Todos os documentos referidos no artigo 11.º do presente programa de concurso devem ser redigidos em tamanho não inferior a 10pt e apresentados em formato Portable Document Format (PDF) ou equivalente.
2. Cada documento deve conter uma folha de rosto com a respetiva identificação, incluindo a identificação do(s) concorrente(s) ou agrupamento concorrente, designação do CONTRATO, a(s) alínea(s) a que se refere o documento e o número total de páginas que o mesmo integra.
3. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica AcinGov (<http://www.acingov.p>) deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada que permita atestar os poderes de representação nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. No caso de agrupamento, as propostas deverão ser assinadas eletronicamente pelo representante comum, nos termos do número 3 do artigo 15.º.
5. Quando a candidatura for apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a), do número 1, do artigo 57.º, do CCP (constante do Anexo A desse Decreto) deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os

instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 13º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14º

Prazo para apresentação de propostas

1. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica AcinGov (<http://www.acingov.p>) até às 23:59 horas do 30º dia após a publicação no Jornal Oficial da União Europeia, conforme do disposto no n.º1, do artigo 136º do CCP.
2. O(s) concorrente(s) deve(m) prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora indicadas no número anterior.
3. A data-limite fixada para a apresentação de propostas pode, a pedido do(s) concorrente(s) em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando os eventuais esclarecimentos solicitados não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
4. A prorrogação de prazo previsto no número anterior beneficia todos os interessados.
5. Entende-se que, com a entrega das propostas, os concorrentes convidados tomaram perfeito conhecimento de todas as dificuldades e constrangimentos inerentes ao serviço objeto da contratação, não podendo os mesmos, no decurso da sua execução, vir invocar falta de informação para todo e qualquer efeito.

Artigo 15º

Idioma

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português, conforme o n.º 1 do Artigo 58º do CCP.

Artigo 16º

Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 17º

Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia útil seguinte ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica AcinGov (<http://www.acingov.p>).

Artigo 18º

Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas durante um prazo de 100 (cem) dias contado da data fixada no artigo 28º.

Artigo 19º

Critério de adjudicação

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, Monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

Artigo 20º

Critério de desempate

Em caso de empate, serão sorteadas as propostas empatadas como único critério de desempate.

Artigo 21º

Relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. Após a análise das propostas o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o júri deve também propor a exclusão das propostas, designadamente por verificação de qualquer das situações elencadas nos artigos 70.º e 146.º do CCP.
3. Os concorrentes têm 5 (cinco) dias uteis após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem sobre o mesmo.
4. Decorrido o prazo previsto no número anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 148º do CCP.
5. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas constantes do relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 22º

Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes através da plataforma eletrónica AcinGov (<http://www.acingov.p>), sendo acompanhada do relatório final.
2. Notificado da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos no artigo 23º.

Artigo 23º

Documentos de habilitação

1. Nos termos do artigo 81º do CCP, os documentos de habilitação a apresentar pelos concorrentes são os seguintes:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Documento comprovativo de que não se encontra(m) nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do CCP.

- c) No caso de adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por um agrupamento, os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade indicada no artigo 7º do Programa de Concurso;
- d) Documentos comprovativos dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável.
- e) Autorização de identificação de pessoas singulares que outorgam os contratos com a junção de cópia do cartão de cidadão para esse efeito, ou descrição da identificação completa, com nome e número e letras (ex: cc111111 1xx1) e validade.
- f) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), nos termos e para efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

2. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos a que se referem a), b), c), d), e) e f) do número anterior devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento.

3. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, exceto aqueles que, pela sua própria natureza ou origem estejam redigidos em língua estrangeira, caso em que o adjudicatário deve fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados ou a sua não apresentação, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário é notificado do facto sendo-lhe fixado um prazo não superior a 5 (cinco) dias para se pronunciar ao abrigo da audiência prévia.

5. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para decisão de contratar, ou o órgão em quem este tenha delegado essa competência, em função das razões invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-se um prazo de 5 (cinco) dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 24º

Caução

1. Para os contratos acima de 500.000€ o valor da caução é de 5% do preço contratual e será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou

ainda por seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário e de acordo com os modelos constantes do anexo ao caderno de encargos.

2. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP, não é exigível a prestação de caução, quando o preço contratual for inferior a 500.000€.

Artigo 25º

Minuta do contrato

1. A minuta do contrato, depois de aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, será notificada ao adjudicatário para aceitação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite quando haja aceitação expressa do adjudicatário ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 26º

Celebração de contrato escrito

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 104º do CCP.
2. Se a entidade pública contratante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Artigo 27º

Encargos do(s) concorrente(s)

1. São encargos dos concorrentes as despesas e encargos inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação da caução.
2. São por conta da entidade adjudicante as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, com exceção dos impostos legalmente devidos pelos adjudicatários, nos termos do nº 2 do artigo 94º do CCP.

Artigo 28º

Contagem dos prazos

1. Os prazos de formação do contrato são contados nos termos do artigo 470º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das candidaturas e propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 29º

Proteção de dados e sigilo

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados- Regulamento (EU) 2016/679 de 27 de abril de 2016.
2. O cocontratante obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento por força do presente contrato, na estrita observância das instruções emitidas pelo Município e da legislação aplicável.
3. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido, pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.
4. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

Artigo 30º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente programa de procedimento, observar-se-á o disposto no CCP, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua última redação e restante legislação aplicável.

ANEXO A

DEUCP [A que se refere a alínea a) do n.º 1 e o n.º 6 do artigo 57º do CCP]

1— O documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), a apresentar conforme o modelo oficial, de formato eletrónico, obtido na área específica do portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>.

2 – Em caso de dúvidas, a prévia leitura da circular informativa n.º 01/IMPIC/2016, bem como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em <http://www.impic.pt/impic/pt-pt/noticias/circular-informativa-no-01impic2016>.

ANEXO B

A que se refere a alínea a) do n.º1 do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do número 1 do artigo 36º do Programa de Concurso

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas das alínea b), d), e) e h) do nº1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.